

AT7. ESTADO E DEMOCRACIA:  
REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE**FOGO BOM OU FOGO RUIM? A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO  
PARTICIPATIVA NO PARQUE NACIONAL CHAPADA DAS MESAS**

Christiane Almeida e Silva  
Universidade Metodista de São Paulo  
christianealmeidasilva@gmail.com

Sibelly Resch  
Universidade Metodista de São Paulo  
Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
sibellyresch@yahoo.com.br

**RESUMO**

O trabalho objetiva descrever e analisar os mecanismos de gestão participativa para o Manejo Integrado do Fogo (MIF), realizado pela gestão do PNCM e apoiado pelo ICMBio na Unidade de Conservação Federal, Parque Nacional Chapada das Mesas (PNCM), na cidade de Carolina no Maranhão, ação integrante do Projeto Cerrado-Jalapão, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A gestão participativa é o eixo mobilizador de adesão dos residentes e atores sociais da região na gestão do PNCM, principalmente, na implementação das estratégias de enfrentamento das queimadas irregulares e incêndios florestais. Os dados foram coletados a partir da observação durante a realização de três encontros realizados com os residentes das comunidades de Estiva, Canto do Porto e Riacho Fundo, em outubro de 2014. Conclui-se que a gestão participativa implementada no Parque Nacional Chapada das Mesas, está alinhada aos três aspectos que caracterizam a concepção democrática participativa (PATEMAN, 1992): a) ao tomar parte do processo de decisão, o indivíduo aceita-a mais facilmente; b) a participação estimula a integração social ao fortalecer o sentimento de pertença à uma comunidade; c) a qualificação para a participação no nível local contribui para que os sujeitos participem mais ativamente das decisões de outras esferas de governo.

Palavras-chave: Unidades de conservação; Manejo Integrado do Fogo; Participação Social; Parque Nacional Chapada das Mesas.

**INTRODUÇÃO**

Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei Federal n.º 9.985/2000, a gestão participativa de Unidades de Conservação (UCs), incluindo as de proteção integral, como no caso dos Parques Nacionais, passou a ser obrigatória no Brasil.

O Decreto n.º 4.340/2002 regulamenta a organização dos Conselhos Consultivos e Deliberativos das unidades de conservação, garantindo a participação dos diferentes atores que atuam no território. Esse espaço institucionalizado é um instrumento do Estado que visa o equilíbrio de forças que atuam e confrontam-se no território.

A despeito da existência de espaços para participação na gestão das UCs, constata-se a urgência do exercício de uma participação qualificada e impulsionadora de um sistema de valores públicos. Nesse sentido, a participação do cidadão na formulação e execução da política pública, implica, no aprofundamento dos mecanismos de tomadas de decisão (EVANS, 2012).

Para Loureiro e Cunha (2008), a criação das UCs negligencia a interação dos grupos sociais nos espaços protegidos. As restrições impostas aos grupos, sem que os limites sejam definidos por um amplo processo democrático, anulam os esforços em busca da conservação e do uso sustentável dos recursos.

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva descrever e analisar os mecanismos de gestão participativa para o Manejo Integrado do Fogo (MIF), realizado pela gestão do PNCM e apoiado pelo ICMBio na Unidade de Conservação Federal, Parque Nacional Chapada das Mesas (PNCM), na cidade de Carolina no Maranhão, ação integrante do Projeto Cerrado-Jalapão, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A gestão participativa é o eixo mobilizador de adesão dos residentes e atores sociais da região na gestão do PNCM, principalmente, na implementação das estratégias de enfrentamento das queimadas irregulares e incêndios florestais.

## **O CARÁTER EDUCATIVO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Falar de participação social, nos dias de hoje, é algo comum, até mesmo corriqueiro. A maioria das políticas públicas determina a participação social como um princípio. A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, estabeleceu dispositivos que garantem à sociedade civil o direito à participação em diferentes instâncias e espaços de interlocução.

A participação social no Brasil tem avançado tanto em termos de ampliação da presença da sociedade civil nos espaços de interlocução com o Estado, como também no crescimento das instituições participativas (AVRITZER, 2007), tais como conselhos, orçamento participativo, conferências, entre outras formas institucionais de participação. Esse cenário é apontado por Pires et al. (2011, p.347) como uma “realidade inevitável para os governantes de municípios brasileiros e parte fundamental do processo de concepção, execução e controle de políticas públicas em nosso país”.

Houve nos últimos anos um aumento do ponto de vista quantitativo da participação social (ROCHA, 2008). No entanto, muito se tem discutido sobre a efetividade dos mecanismos de participação. Uma das críticas aos mecanismos de participação que envolvem processos decisórios é a efetividade da participação. Para Evans (2012, p. 13), o problema é que a retórica dos agentes públicos geralmente enfatiza a importância da participação cidadã, mas na prática funciona mais como um processo de consulta. “De fato, a ideia de compartilhar o processo decisório não é palatável para a maioria dos tomadores de decisão” (EVANS, 2012, p.13).

No caso dos conselhos, Costa e Silva (2012, p.449), entendem que ao se tornarem, eminentemente consultivos perdem o propósito deliberativo, consolidando-se mais como um fórum popular, “que ao final dos debates acaba por referendar as decisões previamente propostas pelo Estado (quase) sem aportar (ou aportando pouco) ao processo decisório”. Problemas como a dificuldade que os agentes possuem em assumir a heterogeneidade de interesses e conflitos nos processos de negociação e tomada de decisão ou o desequilíbrio de forças e de informação entre os participantes são intervenientes no processo de participação social nas UC.

A importância da participação social para o aprofundamento da democracia não se restringe aos processos decisórios. Ao contrário, Evans (2012) esclarece que existem diferentes tipos de participação e mecanismos. A operacionalização da participação depende dos objetivos que se quer alcançar. As formas pelas quais as instituições participativas podem contribuir com o aprofundamento do processo democrático são múltiplas:

*i) atuando na formação de cidadãos mais capacitados para ação política e coletiva; ii) estimulando a formação e ativação de novos atores na sociedade civil; iii) contribuindo para maior transparência, racionalidade e eficiência da administração pública; iv) direcionando políticas públicas ao cumprimento de funções distributivas e inclusivas; e v) contribuindo para a formação de novas elites políticas, dentre muitas outras possibilidades (PIRES, 2011, p.29).*

Costa e Silva (2012, p. 456) afirmam que “quanto maior o entendimento democrático, maior a possibilidade de uma construção efetivamente coletiva”. Esse entendimento democrático perpassa pelo processo de negociação. Para eles, os sujeitos envolvidos definem ações e valores durante o processo de negociação, e esse entendimento mútuo pode caracterizar um processo de cogestão ou gestão compartilhada. Para tanto, o resultado da negociação deve ser um acordo entre as partes, com aceitação livre e unânime. Desse modo, as decisões tornam-se coletivas.

O processo decisório, entretanto, é apenas um dos aspectos da participação social. Pires (2011) observa que o processo de participação também tem um caráter educativo. Nesse sentido, é preciso compreender que cada espaço de participação possui características próprias, decorrentes da composição de atores que atuam nessa arena.

Pateman (1992) também defende que a participação é um processo educativo para o cidadão. A autora baseia-se em Mill para defender a função integrativa da participação social, defendendo que através da discussão política o indivíduo “torna-se conscientemente um membro da grande comunidade” (MILL, 1910, p.279 apud PATEMAN, 1992). A questão posta por Mill (1963 apud PATEMAN, 1992) é que sempre que ele tiver algo a fazer para o público torna-se capaz de sentir “que não apenas o seu bem estar depende do bem-comum, mas que este depende do seu empenho” (MILL, 1963, p. 230 apud PATEMAN, 1992).

Castro (2008) defende o desenvolvimento de uma subjetividade política para a consolidação dos processos democráticos, compreendida como a vinculação entre participação política e as condições subjetivantes que dão forma ao sentimento de pertença à coletividade.

A lenta assunção de cada indivíduo à condição de sentir-se, de reconhecer-se e de agir como parte desse todo maior apóia-se na construção de laços sociais [...] da identificação com objetivos considerados coletivamente como importantes [...] assim, pertencimento e responsabilização imbricam-se e constituem-se como aspectos subjetivos primordiais no processo de assumir-se como membro de uma sociedade, seja ela qual for (CASTRO, 2008, p. 253).

Essa visão corrobora com o caráter educativo do envolvimento em processos de participação apontado por Pateman (1992). Desse modo, os resultados do processo de participação resultam em: a) ao tomar parte do processo de decisão, o indivíduo aceita-a mais facilmente; b) a participação estimula a integração social ao fortalecer o sentimento de pertença à uma comunidade; c) a qualificação para a participação no nível local contribui para que os sujeitos participem mais ativamente das decisões de outras esferas de governo.

## **A CONSERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO: O PARQUE NACIONAL CHAPADA DAS MESAS**

O Parque está inserido no Bioma Cerrado, considerado a formação savânica mais rica em biodiversidade do mundo. O Cerrado tem mais de 2 milhões de km<sup>2</sup>, ocupa, aproximadamente, um quarto do território brasileiro.

O Parque Nacional Chapada das Mesas foi criado pelo Decreto s/no de 12/12/2005, totaliza 160.046.00 hectares e abrange os municípios de Carolina, Riachão e Estreito (MA).

Foi incorporado ao Projeto Cerrado-Jalapão, com vistas a ampliar a área e os resultados desse projeto no tocante a Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais.

O PNCM abriga diversas fitofisionomias de Cerrado, incluindo grandes áreas com formações campestres e savânicas. Escrituras rupestres datadas de mais de sete mil anos comprovam a ocupação humana pré-histórica na área do PNCM. No século XIX, frentes agropastoris colonizaram a área. Atualmente, cerca de 130 famílias residem no interior do Parque e utilizam o fogo como ferramenta de manejo para a maioria de suas práticas produtivas, especialmente a pecuária extensiva sobre pastagens nativas.

A presença de moradores no interior do PNCM e o desenvolvimento de suas atividades geram conflitos em relação aos objetivos de conservação da UC. Anualmente, o PNCM registra a ocorrência de grandes incêndios, especialmente no final da estação seca (em 2010, incêndios afetaram cerca de 40% de sua área). Diante desse quadro, o ICMBio, órgão gestor do PNCM, tem trabalhado com diferentes estratégias, visando compatibilizar o modo de vida das famílias residentes no parque e sua conservação.

Uma das principais frentes de trabalho é a aplicação do Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo. As instituições públicas vêm trabalhando em conjunto com a comunidade no desenvolvimento de alternativas para prevenir as ocorrências de grandes incêndios florestais, melhorar os processos de conservação dos ambientes naturais do Cerrado e a qualidade de vida dos residentes do interior e entorno do PNCM, visando garantir a sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, realizado a partir dos dados coletados por meio de observação durante a realização de três encontros com as comunidades de Estiva, Canto do Porto e Riacho Fundo, denominados como “Rodas de Conversa”. Os encontros ocorreram em outubro de 2014. Paulo Adriano Dias, Chefe do Parque Nacional da Chapada das Mesas foi responsável pelas atividades juntamente com três facilitadores do ICMBio. Paralelamente ao desenvolvimento das reuniões comunitárias, foram desenvolvidas atividades de educação ambiental com as crianças e adolescentes da comunidade.

Nos encontros, utilizou-se uma abordagem de aprendizagem vivencial, pelo método indutivo, passando pelas fases da vivência, do relato, do processamento e das generalizações da aplicação. Nas rodas de conversa, utilizou-se a técnica da visualização em tarjetas e registro em cavaletes dos relatos e processamentos dos grupos.

## **A EXPERIÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA UC DO PNCM**

Um dos objetivos postos para esse trabalho é descrever os mecanismos de gestão participativa utilizados na UC do PNCM. O ICMBio, órgão gestor do Parque, tem trabalhado em diferentes estratégias, com o intuito de compatibilizar os modos de vida das famílias residentes e os objetivos da conservação do Parque.

A gestão do PNCM entende que a gestão participativa contribui para alcançar seus objetivos de conservação do PARNA. Na UC vivem, como dito na introdução, aproximadamente 130 famílias. Desse modo, faz-se necessário pactuar acordos para evitar a degradação e preservar as áreas. Entende-se que a gestão participativa contribui para a resolução de conflitos entre e com os residentes. Os mecanismos de gestão participativa utilizados pelo gestor são as reuniões comunitárias e o conselho consultivo do PNCM.

Trata-se de um processo de construção conjunta, no qual instituições públicas trabalham com a comunidade para prevenir a ocorrência de grandes incêndios florestais; melhorar os processos de conservação dos ambientes naturais do Cerrado e a qualidade de vida dos residentes do interior e entorno do PNCM, visando garantir a sustentabilidade no uso dos recursos naturais.

O fogo, mencionado no título desse trabalho, tem sido objeto desse processo de envolvimento e gestão participativa no PNCM. A aplicação do Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo envolve diferentes etapas, entre elas o planejamento, a estruturação e a aplicação do regime de manejo.

Os encontros, denominados como Rodas de Conversa, ocorreram em outubro de 2014. A primeira etapa para que os encontros ocorressem foi a distribuição de convites impressos (123) e entregues em mãos, mobilizando toda a comunidade.

Após o acolhimento, a apresentação dos participantes e a exposição das expectativas por meio de uma dinâmica, iniciou-se a reunião com uma exposição sobre a importância do Conselho Consultivo como espaço de experiência, aprendizado, reivindicação de direitos e das demandas dos residentes do PNCM. Ressaltou-se que o Conselho Consultivo auxilia o gestor da UC na construção da gestão compartilhada do PNCM.

Posteriormente, realizou-se uma rodada para captar dos residentes as seguintes percepções: o que pensavam sobre o Conselho Consultivo? Como está a participação e a representação da comunidade no conselho? E como fazem a socialização das informações recebidas e o encaminhamento das demandas da comunidade para o conselho?

Quanto ao que pensam sobre os conselhos, observa-se que nas comunidades da Estiva e do Riacho Fundo a participação é compreendida pelos atores como espaço de

aprendizagem e de compreensão. A construção de um processo coletivo é destacada somente pela comunidade da Estiva. No caso do Canto do Porto, o conselho é visto como um espaço reivindicatório.

No que tange à representação comunitária e a socialização das informações, evidenciou-se as dificuldades que as comunidades enfrentam nesses processos. A socialização das informações é dificultada pelas condições objetivas de reunir-se com o grupo. A comunidade do Riacho Fundo indicou estratégias para avançar na articulação entre os membros da comunidade. Nas comunidades da Estiva e do Riacho Fundo, os residentes reforçaram a importância da coletividade por meio do associativismo. A síntese dos resultados é apresentada no Quadro nº1.

Quadro nº 1 – Resultados da fase do relato e da experiência

Síntese	Estiva (52 pessoas)	Canto do Porto (76 pessoas)	Comunidade Riacho Fundo (74 pessoas)
Quanto ao Conselho Consultivo PNCM:	É uma oportunidade participar das decisões, é importante para expressar o que pensa e ter acesso a informações e decisões, é também um espaço para resolver os problemas coletivamente;	Espaço para levar as demandas.	Participar para esclarecer as ideias. Ficou consolidada a ideia do conselho consultivo como espaço de reivindicação, participação e acesso a informação.
Quanto à representação comunitária e o intercâmbio com a EESGTO:	Um bom representante buscar defender os interesses coletivos e não os individuais; o bom conselheiro repassa as informações e apresenta os problemas da comunidade. No processo de conversa sobre a representação comunitária foi levantada a necessidade de organização da comunidade em associação para defender seus interesses.	Foi escolhido a Associação dos Atingidos pelo PARNA. Não houve reuniões para repassar as informações e identificar as demandas coletivas. O representante da Associação dos Atingidos reconheceu que não consegue estabelecer uma comunicação com os moradores para fazer está ponte com o Conselho Consultivo. E, que seria importante, os moradores indicarem pessoas para assumirem a representação da comunidade e entorno.	Na rodada foi apresentada a necessidade de reunir para debater sobre os desafios e apontar as soluções para os problemas enfrentando-os coletivamente. Foram definidos os representantes comunitários para o mandato de 2014/2016 do CCPNCM.

Síntese	Estiva (52 pessoas)	Canto do Porto (76 pessoas)	Comunidade Riacho Fundo (74 pessoas)
Quanto à socialização das informações:	Há uma dificuldade no que concerne aos encontros. No entanto, existe a iniciativa de repassar as informações após as reuniões do conselho e a compreensão de congregarem informações, antes, para identificar os assuntos a serem discutidos no conselho. O ideal é criar uma dinâmica de reunir para fortalecer e buscar solucionar os problemas da comunidade.	Há dificuldade de reunir para conversar sobre os problemas das comunidades e buscar soluções conjuntas.	O fato de não ter reuniões dificulta a socialização das informações. Foram apresentadas várias estratégias para avançar na organização de articulação dos residentes tais como: articular para pegar carona com o transporte da escola para deslocamento e cada um trazer uma coisa para a refeição. Houve uma reflexão sobre a necessidade de uma associação para representar as demandas da comunidade.

Fonte: Desenvolvido pelos autores com base nas informações coletadas durante os encontros

Num segundo momento, durante os encontros, tratou-se do Fogo e a experiência do MIF (Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo) no Parque Nacional da Chapada das Mesas. Na visão do gestor do PNCM, o processo de diálogo com a comunidade é fundamental para o desenvolvimento desta iniciativa no PNCM, evitando a utilização do fogo de forma desordenada, causando prejuízos para a biodiversidade.

Na dinâmica realizada buscou-se levantar informações sobre a utilização do fogo na vida dos residentes. A primeira fase foi uma rodada para captar a percepção dos comunitários sobre: O que é fogo bom? E o que fogo ruim?

As três comunidades evidenciaram conscientização em relação ao processo de utilização do fogo e do manejo correto durante sua utilização. Cada uma delas levantou percepções diferentes sobre os benefícios do uso do fogo para a diversidade de fauna e flora presente na UC. Observa-se também que os residentes elencam os benefícios do uso do fogo para a agricultura. A percepção sobre o fogo ruim evidencia os mesmos elementos, na ordem inversa.

A síntese das percepções das comunidades encontra-se no Quadro nº2.

Quadro nº 2 – Resultados sobre a compreensão de Fogo Bom e Fogo Ruim

Síntese	Fogo Bom	Fogo Ruim
Estiva (52 pessoas)	Fogo que não escapa; Fogo que é controlado em parceria com vizinhos ou brigada; Fogo no tempo certo (antes de julho); Identificação do papel da brigada como importante para orientação da comunidade no uso do fogo mantendo-o controlado; Queimar em maio e junho antes de ter folha e frutos; Flora que sofre impacto positivo com passagem do fogo: juçara, bacuri, bacaba; Fauna que sofre impacto positivo com a passagem do fogo: Ema, veado, siriema, carcará, gavião; É bom para queimar as sementes do buriti.	Fogo que se alastra no mundo; Fogo de julho em diante que prejudica as floradas; Fogo que queima nas cabeceiras e prejudica as nascentes; Fogo que foge em agosto e setembro; Fogo colocado por pessoas de fora do PNCM; Uso do fogo de qualquer jeito; Fauna que sofre com a passagem do fogo: peba, lobo guará, tamanduá bandeira.
Canto do Porto (76 pessoas)	Na época certa não mata a raiz do campim agreste; Renova o pasto; Aceiro na época certa; Fogo controlado; Fogo no tempo certo (mês de maio); Sem fogo a gente não vive; Fogo bom para roça; Fauna que sofre impacto positivo com a passagem do fogo: Ema, veado, siriema, tatu e caititu. Favorece os animais que comem os brotos.	Ruim para todo mundo; Nem sempre o aceiro resolve; Fogo em área que ficou muito tempo sem queima; Fogo em agosto; Fogo que dá prejuízo – queima as cercas das roças, mata bezerros e vacas; Mata animais e plantas; Pode causar erosão; Quando alcança o brejo demora em recuperar; Fogo invasor que vem de fora.
Comunidade Riacho Fundo (74 pessoas)	Que não prejudica a mim e nem o vizinho; Queima controlada: sabe colocar fogo na hora certa, e só queima onde se quer, que não escapa; Aceiro no tempo certo, no mês de maio; Fogo para roça, o fogo aduba; O viado campeiro, a emá, a siriema aparecem depois da queima para comer brotos; Fogo germina o buriti.	Fogo que saí, descontrola e escapa; Fogo que estraga as frutas; Destrói cercas e benfeitorias; Atrai algumas cobras depois que rebrota; Acaba com o tatu e paca – animais que vivem em tocas; Fogo nas serras é difícil de apagar; Fogo no brejo.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em observação realizada durante as Rodas de Conversa

Num terceiro momento, houve troca de informações sobre o ordenamento do fogo no ano de 2014, tanto na visão do gestor do PNCM como também dos residentes. A avaliação final sobre o ordenamento do fogo em 2014 foi:

- Orientação da brigada foi importante;
- Fogo foi mais controlado em 2014;
- Fogo não entrou nas matas;
- Evitou-se fogo nos brejos;
- Pactuar o período de queima em 2015, criando um período de manejo do fogo.

Foram feitas diversas considerações acerca da queima controlada, períodos corretos de queima e o fogo que prejudica a fauna e a flora do PNCM, como na fala “Pactuar os períodos de queima e áreas por ano. Reunir sempre no início do ano, em março para planejar”. Observou-se que há necessidade de consolidar os conceitos de preservação ambiental e seus impactos na manutenção da biodiversidade.

Os encontros possibilitam o desenvolvimento do processo educativo dos residentes do PNCM. Durante o desenvolvimento da dinâmica surgiram questões como “Qual a diferença entre queimada e incêndios? A queimada tem controle e os incêndios não tem”. Outra questão que surgiu nos encontros foi sobre a falta clareza sobre o que é permitido com relação ao uso do fogo.

O espaço da roda de conversa também foi utilizado para negociação e pactuação de ações futuras, por exemplo, acordou-se sobre a importância de comunicar ao ICMBIO a realização da queima com antecedência. A discussão também proporcionou um alinhamento dos papéis dos atores, como se destaca na fala “o papel da brigada é apoiar os moradores nas queimas”.

Percebeu-se também a importância da dinâmica para o desenvolvimento de laços de confiança entre o poder público e a comunidade, expressos na expressão “Medo da repressão - não deixar queimar o que precisa”.

Ao final foi construída uma matriz de Avaliação das Práticas Integradas do Manejo do Fogo/2014 em cada comunicada. Cada grupo também construiu um plano de ação para o ano de 2015, com a indicação da ação, do responsável e do prazo.

Entre as ações estão: realização de reuniões comunitárias; definição das regras do uso do fogo nas propriedades; realizar capacitação para uso do material de controle de queimadas e combate de incêndios; apresentar a brigada para a comunidade; planejamento das zonas de manejo; indicação de representantes da comunidade para o Conselho Consultivo do Parque Nacional Chapada das Mesas.

Observa-se que os encontros realizados nas três comunidades do PNCM possibilitaram o desenvolvimento de objetivos coletivos, que foram pactuados entre o poder público e a comunidade. Além disso, percebe-se que os encontros realizados desenvolveram um processo educativo da população em relação a diferentes elementos. Também se mostrou como um espaço para alinhamento de papéis e expectativas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise realizada indica que esses espaços possibilitam uma participação efetiva e construtiva para a troca de saberes e experiências vividas, promovendo o diálogo, a negociação e a pactuação de ações entre o gestor da unidade (agente do Estado) e os residentes (cidadãos), e entre os próprios residentes.

Constituiu-se também como um espaço de diálogo para os temas de interesse da comunidade, tais como: questão fundiária, uso do território, entre outras. Ao analisarmos os mecanismos participativos criados pela gestão do PNCM para a execução da política pública de manejo integrado e adaptativo do fogo, observamos o fortalecimento do espaço de decisão no tocante ao planejamento anual da área a ser manejada.

Os residentes participaram da seleção, mapeamento de áreas de risco, planejamento e execução das queimas controladas. Ao final, elaborou-se um mapa de manejo do fogo anual da unidade de conservação. Além deste aspecto, os comunitários/residentes, participaram do processo de avaliação e decisão do planejamento compartilhado do uso do fogo na unidade, configurando-se como um processo de cogestão da política pública.

Conclui-se que a gestão participativa implementada no Parque Nacional Chapada das Mesas, está alinhada aos três aspectos que caracterizam a concepção democrática participativa (PATEMAN, 1992): a) ao tomar parte do processo de decisão, o indivíduo aceita-a mais facilmente; b) a participação estimula a integração social ao fortalecer o sentimento de pertença à uma comunidade; c) a qualificação para a participação no nível local contribui para que os sujeitos participem mais ativamente das decisões de outras esferas de governo.

Cabe ressaltar que o estudo apresentado é uma análise inicial das atividades desenvolvidas como gestão participativa do PNCM. O trabalho descreve as ações desenvolvidas durante o ano de 2014 e para que uma análise mais aprofundada possa ser realizada, é necessário o acompanhamento das ações que estão sendo desenvolvidas durante o ano de 2015. Desse modo, será possível identificar os

resultados do estabelecimento dos planos de ação. É importante aprofundar na reflexão sobre as dificuldades e limitações dos processos de participação e representação em mecanismos institucionais, como os conselhos.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300001&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001>.
- CASTRO, L. R.. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008.
- COSTA, Guilherme Borges da; SILVA, Alessandro Soares da. Os desafios da Gestão Participativa de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Brasil e as Contribuições da Noção de Negociação Política. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, p. 441-459, 2012.
- EVANS, Mark. **Social participation in holistic perspective: Lessons from Europe**. AnzsoG Institute for Governance. University of Canberra, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003>.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIRES, R. et al. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, R. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.
- ROCHA, E. **A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. ANFIP: Brasília, 2008.